



Sessão Especial Subárea 2 (GTs 03, 06, 18, 21, 22, 23)

CONTEXTO NACIONAL E AS EXIGÊNCIAS PARA A PESQUISA EM
EDUCAÇÃO

EXCELÊNCIA ACADÊMICA: - DESAFIOS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE DIVERSIDADES E DESIGUALDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva - UFSCar

Sem igualdade racial, não há democracia. (Nilma Lino Gomes)

*“Tinha dinheiro para comprar gente para trabalhar de graça, mas não tinham dinheiro para pagar o trabalhador. Isso se chama ‘escravatura’.
“Só os brancos tinham bens. Preto, aliás, escravo, não teve nada na vida(. . .) Os brancos eram tão tão ricos porque os pretos trabalhavam para eles. . . não eram senhores do seu serviço. . Quando não fosse assim, não havia pobre. Tudo era rico...os escravos viviam muito revoltados disso.”¹*

A gente só cria na tensão, no movimento e quando é desafiado.(Eduardo Oliveira)

Quem tem ouvidos que escute!

O mundo está em crise. No Brasil, a democracia está abalada. Educadores e pesquisadores em *Educação*, afiliados à ANPED, estamos atônitos. Mas como não é próprio de nossos pensamentos e ações, desistir, resisitimos. Então, com mais veemência, continuamos a nos perguntar: *Que sociedade queremos ajudar a construir, contando com o trabalho das universidades, contando com os propósitos e ações da ANPED?* Tais questões remetem diretamente a outra? *Que excelência acadêmica precisamos construir, para colaborar com essa sociedade?*

Antes de continuar, cabe situar o papel de professores e alunos na construção da excelência acadêmica. Para tanto, valemo-nos do Professor Ernani Fiori², a partir de fala

¹ THORLBY, Tiago Pe. *A Cabanagem na Fala do Povo*. São Paulo, Paulinas, 1988. P. 31

²FIOIRI, Ernani Maria. *Educação e Política; textos escolhidos*. Porto Alegre, ed. UFRGS, p. 36-40, 2014.

que proferiu, em reunião com estudantes e professores da URGS³, quando da greve estudantil, em 1963, que reivindicava representação de discentes nos conselhos universitários. Com argúcia, pondera, ele, que o aluno é discente, isto é, aquele que aprende, em face a face com o professor e sob sua orientação. Este é docente, isto é, “habilitado para ensinar, instruir, educar”, cultivar conhecimentos e convivências com pessoas e autores, incentivando, em cada um dos alunos, processos “de renovação cultural, em função eminentemente ativa, não unicamente do ponto de vista didático, mas do ponto de vista da cultura” . O que “ganha relevo maior no Brasil contemporâneo é o papel renovador da juventude que avança mais rapidamente e com mais ímpeto. Às gerações ainda presas a velhas estruturas, os moços que as rompem e ultrapassam, aparecem subversivos e agitadores.” (p. 40-41)

Assim sendo, é claro que ao mencionar *excelência acadêmica* não se está referindo unicamente ao rendimento dos estudantes, suas habilidades acadêmicas, como estudar, interpretar, criticar o que de significativo tem sido produzido na sua área de escolha, para aprofundamento. Tampouco somente a sua produção científica, assim como a de seus professores, ou a vigência de políticas institucionais para intercâmbios acadêmicos nacionais e internacionais. Entende-se, então, que fundamental para construir excelência acadêmica, sem desprezar os critérios acadêmico-científicos, é a busca de aprofundamento de debates sobre questões que afligem a sociedade em seus diferentes segmentos. Valoriza-se, pois, educação universitária, produção acadêmica, com compromisso social.

Nesse sentido, se está propondo produção de conhecimentos que visem participar da desconstrução e superação de violências, prepotências, desqualificações, desrespeito que, de forma cada vez mais explícita, fazem parte de nossa sociedade e estão presentes nas universidades. Manifestam-se não apenas em ideias, ignorância da presença daqueles que não são prezados por quem se julga superior, em virtude de convicções políticas ou religiosas, também de posses acumuladas – dinheiro, terras, imóveis, formação universitária, e outros bens. Negros, indígenas, ciganos, pessoas em situação de pobreza, outras cujo modo de ser e viver não corresponde ao que uma parte da sociedade, por

³ URGS –hoje a sigla da universidade federal do rio Grande do sul é UFRGS.

preconceitos, marginaliza – tais como, transexuais, travestis, prostitutas, além pessoas com deficiências, todas essas pessoas vêm tendo seus direitos abalados, sequestrados.

Políticas de ações afirmativas, no âmbito, por exemplo, de combate ao trabalho infantil, violência contra as mulheres, crianças, idosos, combate ao racismo, à xenofobia, entre outras, vem sendo estabelecidas desde final do século XX. A partir do início do presente século, políticas públicas de estado ou institucionais têm sido estabelecidas, a fim de garantir possibilidades de cursarem o ensino superior⁴, em cursos de graduação e de pós-graduação, por meio da reserva de vagas, afrodescendentes, indígenas, quilombolas, pessoas em situação de pobreza ou baixa renda, pessoas com deficiências, transexuais, travestis. Dessa forma, se está visando superar desigualdades, combater racismos e discriminações. Esses propósitos e iniciativas vêm desafiando nosso trabalho de docentes, bem como a avaliação da excelência acadêmica, que está a exigir novas referências teórico-metodológicas. A forma mais ou menos uniforme ou repetida com que se ensinava, já não dá conta dos diversos jeitos de aprender, dos repertórios dos alunos/as que hoje chegam às classes universitárias. Hassmann diria que está nos faltando sensibilidade social e eficiência pedagógica:

Privar alguém de uma educação de qualidade representa hoje um atentado à vida. Enchentes, incêndios e outras catástrofes ainda evocam em muitos o dever de salvar vidas ameaçadas. Mas a ausência de educação, que nas atuais circunstâncias do

mundo realmente impossibilita a vida, ainda não é sentida como uma causa mortis. A exclusão da educação é uma ameaça direta à sobrevivência⁵.

Em tempo, ressalte-se que ao trazer esta citação de Hassmann não se está sugerindo que a formação universitária, em tempos de ações afirmativas, deva converter-se em ações de caridade. O que esse autor refere é que novos corpos – negros, indígenas, empobrecidos,

⁴ Em 2002, foram pioneiras na adoção de políticas de ações afirmativas, a UERJ abrangendo ingressos para cursos de graduação e a UNEB, com ingressos para graduação e pós-graduação.

⁵ ASSMANN, Hugo. *Metáforas para Reencantar a Educação; epistemologia e didática*. Piracicaba, Ed. UNIMEP, 1996, p. 162.

deficientes, entre outros – tem de ser acolhidos e compreendidos na sua especificidade, nos estabelecimentos de ensino, inclusive o universitário.

Joel Rufino⁶, se ainda estivesse entre nós diria, que as políticas de ações afirmativas confrontam os intelectuais universitários - os docentes, pesquisadores e seus alunos – e os obriga a pôr-se entre os pobres, sejam, eles, brancos, negros, indígenas, quilombolas, entre outros. Vejamos o que diz, ele, sobre os intelectuais entre os pobres:

A consciência do intelectual brasileiro, em geral, trafega em duas pistas simultaneamente: a do mundo moderno, em que os pobres pertencem à classe trabalhadora, e a do arcaico, em que os pobres são apenas trabalhadores desclassificados.

Prefaciando a obra de Joel, Muniz Sodré⁷, salienta que os argumentos, as proposições e raciocínios daquele autor levam a entender que os pobres produzem seus próprios intelectuais, que “os intelectuais da ordem do povo são um vir a ser, uma potência a se realizar.”

Se assim é, considerando que os exames vestibulares e processos seletivos similares, selecionam os melhores candidatos, os que demonstram, por meio da aprovação nas provas a que são submetidos, habilidades para acompanhar e realizar com sucessos estudos universitários, pode-se dizer que a formação universitária, que é conduzida por professores pesquisadores, teria de se constituir em formação de líderes negros, indígenas, surdos, cegos e tantos outros classificados como diferentes, quando não incapazes, considerando-se o padrão costumeiro de estudantes universitários, antes das políticas de ações afirmativas. Ora, se os professores/as, com seu ensino e orientações converterem esses estudantes aos princípios da meritocracia, é de se considerar que a excelência acadêmica, no sentido que se argumenta neste artigo não está atingindo seus propósitos. Isto porque os estudantes não estão construindo cultura, conforme Fiori⁸, citado acima.

⁶RUFINO, Joel. *Épuras do Social: como podem intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo, global, 2004. P.104

⁷ SODRÉ, Muniz. Prefácio. In: RUFINO, Joel. *Épuras do Social: como podem intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo, Global, 2004. P.11.

⁸ Op. Cit. Nota 2.

Ora, se professores universitários que são intelectuais, no sentido acima apontado por Rufino e Sodré, ao receber estudantes de ações afirmativas, estão, eles, com a função de apoiar e ajudar a formar

profissionais que, com a formação recebida, poderão fortalecer suas comunidades. Entretanto, nem tudo é tão fácil quanto parece, não no contexto atual em que novas tecnologias, têm tornado trabalhadores “desnecessários”, ampliando desemprego e exigindo que se tenham políticas que garantam equidade, num mercado de trabalho que privilegia homens, brancos e cristãos⁹. Assim, a excelência acadêmica tem de ser avaliada, de um lado pela sua capacidade de egressos do ensino superior enfrentarem as vicissitudes do mercado de trabalho e de, outro pela capacidade de formar intelectuais não assimilados a uma cultura adversa a seu grupo social originário, o étnico-racial, por exemplo.

Assim, os estudantes, numa formação universitária de excelência acadêmica, tem de procurar, com seus estudos, encontrar respostas para: Qual a situação da sua comunidade de origem na sociedade? Qual o papel dessa comunidade, hoje, na sociedade, no país? Qual o seu papel, suas perspectivas enquanto integrante desta comunidade, como estudante universitário?¹⁰

Sem dúvidas, para avaliar a excelência acadêmica, o impacto do alunado na sociedade é tão importante quanto os resultados científicos, tecnológicos que possam ser produzidos no âmbito da universidade. Tal impacto será maior, na medida em que ambiente interdisciplinar de formação seja oferecido. Isso é fundamental para que os estudantes tenham experiências em ambientes de discussão com diferentes visões e em áreas de intersecção de produção científica.¹¹

⁹ ROGERS, Brishen. Basic Income in Just society. *Boston Review: Work Inequality – Basic Income*.

¹⁰ SILVA, Petronilha B. G. e. *Educação, novos paradigmas*. Rio Grande/RS, 1993. (Palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande).

¹¹ ROCHA, Alexandre R. e Outros. *Notas sobre a Mesa “Excelência Acadêmica: como definir e como alcançar” – implicações para a UFABC e seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional*. Santo André, Universidade Federal do ABC, 2012.

Em se tratando de excelência acadêmica, sobretudo na perspectiva de políticas de ações afirmativas, há que considerar que as relações entre universitários – estudantes, seus colegas, seus professores, técnicos administrativos – podem ser tensas, sendo impossível desconhecer que desqualificações, desentendimentos fazem parte das relações entre integrantes da comunidade universitária¹². Relações tensas, mais frequentes do que seria de se esperar. Frente a essa situação, é necessário que tanto uns como outros aprendam a empreender negociações. Entendendo-se, com Jacques Adoirno, que uma negociação é “um procedimento consentido, organizado, ajustado, de parte a parte, referindo-se sempre a uma ordem institucional, com vistas a buscar equilíbrio entre divergências e convergências, e assim reconhecer, explicitar, resolver conflitos, por meio de decisões compartilhadas, de maneira a que opositores criem relações de força¹³.

Tarefa difícil, uma vez que instituições de ensino não têm tolerado facilmente o valor de diferenças subjetivas, entre elas, as étnico-raciais. Assim, têm promovido o entendimento de que haveria, entre os alunos, uma relativa homogeneidade, o que tem levado a uma definição de “excelência acadêmica” muito estreita¹⁴. Ressalta, Peter Trifonas que “a diferença é produzida não somente por meio de explícita

designação, mas por meio do silêncio e do não reconhecimento¹⁵. E Gutman¹⁶ pondera que o desconhecimento ou reconhecimento inadequado podem causar sofrimento e se constituem em formas de opressão.

Cabe, então, perguntar, onde podemos buscar referências para construir educação acadêmica de qualidade? Pode parecer inadequado, no entender de algumas pessoas, mas, salvo melhor juízo, nos movimentos sociais, nas ações educativas que promovem ou

¹² Entre outros, ver SCHERER; Passos, Joana Célia dos. *Relações étnico-Raciais nas Universidades; os caminhos controversos da inclusão*. Florianópolis, Atilandé, 2014.

¹³ ARDOINO, Jacques. *Les Avatars de l'Education*. Paris, Presses Universitaires de France, 2000. P.30

¹⁴ TRIFONAS, Peter P. *Pedagogies of Difference; rethinking education for social change*. New York, London, routledge Falmer, 2003. P.2

¹⁵ Op. Cit. Nota 14, p. 120.

¹⁶ GUTMANN, Amy. Introduction. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalism and The Politics of Recognition*. Princeton, Princeton University, 1992.

demandam, em objetivos e processos da Educação Popular. Entendida, essa, segundo Paludo¹⁷, como:

busca por condições dignas de vida e a possibilidade de afirmação de identidades constitui uma das marcas da participação das classes populares nos movimentos da modernidade.

Não se trata de promover uma instrução para o povo, mas de construí-la com o povo. Paulo Freire¹⁸ sublinha há que refazer a academia, “coloca-la a serviço dos interesses da maioria do povo. Há que prestigiar a academia, isto é, colocá-la a serviço do povo”. Esta ponderação de Freire, remete-nos a critério para avaliar a excelência acadêmica.

Voltando à educação popular, Adriava Puygrós¹⁹, nos ensina que, no Século XIX, na América Latina, a cultura hegemônica se consolida e buscam, as elites, por meio das escolas, garantir formação dos cidadãos nos termos da cultura hegemônica”. Entretanto, a educação na perspectiva popular é concebida em iniciativas de movimentos dos trabalhadores, observando-se, a partir de então, papel educativo dos sindicatos, bem como de outras formas de associação.

A seguir, ainda que brevemente se descreve experiência de educação popular, aliada à formação acadêmica, organizada por instituição de formação de professores, escolas de diferentes níveis de ensino,, sindicato de professores, em Neuquen, na Argentina, numa perspectiva freiriana de educação.

Escola de Formação de Professores, na referida cidade, juntamente com o sindicato de professores e com outras organizações da comunidade, trata de orientar, produzir, fomentar interações, colaborações entre sujeitos histórica, social e culturalmente situados numa mesma sociedade, em condições de vida, de cidadania distintos, respeitando-se e valorizando-se suas diferenças. Buscam-se, cada um a seu jeito, interações, nas quais visões de mundo e perspectivas de vida distintas se

¹⁷ PALUDO, Conceição. *Educação Popular*. In: STRECK, Danilo R. e outros (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte, Autêntica, 2016. P. 139- 141.

¹⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular*. Indaiatuba, Villa das Letras, 2008. P. 32-33

¹⁹ PUIGGRÓS, Adriana. *La Educación Popular em américa Latina; origenes, polémicas y erspectivas*. Buenos Aires Colihue, 2016. P. 228.

interfecundam, recriam, mais do que isso promovem ajuste, combinação de objetivos de interesse para todos que compõem a cidade, as comunidades²⁰.

A diversidade de experiências educativas, podemos dizer em caráter de educação popular, são garantidas em parte pelo poder público, em parte por sindicatos, como de professores, de operários, bem como por movimentos sociais - por exemplo – Las Abuelas de la Plaza de Mayo, o Movimento do Povo Indígenas Mapuche. Todas as atividades por eles planejadas e executadas, em colaboração mais ou menos estreita, visam romper com sistema de privilégios garantidos para alguns, em detrimento dos direitos de muitos, de todos. Assim, operários, professores, las Abuelas, os Mapuche, bem como outros cidadãos interessados, participam. Tentam, eles, romper não só com oportunidades desiguais de exercer sua cidadania, como romper com *el mito del mestizaje*²¹, que encobre racismos e discriminações.

Atentos à necessidade e importância de trocar experiências não só com a comunidade local, e desejosos de construir processos educativos que libertem de colonialismo secular, professores e estudantes em formação para serem professores, em Neuquen, costumam promover *expedições pedagógicas*²², em que se reúnem educadores – professores e estudantes de localidades próximas a Neuquén, bem como de diferentes países da América Latina, por exemplo, além da Argentina, Chile, Uruguay, Brasil, Peru, Venezuela. Educadores – professores de diferentes níveis de ensino, estudantes e às vezes suas famílias, integrantes do movimento operário, movimento dos Indígenas Mapuches, bem como das Las Abuelas de la Plaza de Mayo, também, pais de alunos, pessoas de outras localidades. Estas expedições, segundo a Prof^a Andrea Accuri que tem promovido, na Argentina, e que professores da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, liderados pela Prof^a Maria Tereza Godard, tem trazido ao Brasil, é um movimento no sentido de intercâmbios e fortalecimento da educação de povos da América Latina, do sul do planeta.

²⁰ SILVA, Petronilha B. G. e. *Educação das Relações étnico-raciais na América Latina*. Valdivia (Chile), Motricidade Humana VI PQMH, 2015.

²¹ Ver, por exemplo, SILVA, Petronilha B. G. e Silva. *La Educación de las Relaciones Étnico-Raciales, a partir de la Visión de los Afrodescendientes. Agenda para la producción de conocimientos*. Revista americana de educación para la Democracia, vol.4,N. 1. Junio 2011. P. 75-88.

²² Em 2012, participei de uma dessas *expedições*, integrando comitiva da UERJ, coordenada pela Prof^a Dr^a Maria tereza Goudard Tavares.

Experiências, como essas, vem gerando o confronto e conformação de significados de exercício de cidadania, entre pessoas de diferentes culturas, posição social, atividade laboral e pertencimento étnico-racial, também entre pessoas com diferente nível de formação escolar e acadêmica. Tais experiências são planejadas, executadas, vividas a partir da compreensão do constituir-se humano, integrante da natureza igualmente valioso a todos os seres vivos – consequentemente confronto e formação de novos entendimentos sobre a vida, o trabalho, cidadania, a natureza, sobre a educação que queremos tanto oferecer, como receber.

Trata-se, nesta perspectiva, de orientar, produzir, fomentar novas interações entre sujeitos histórica, social e culturalmente situados. Trata-se de produzir conhecimentos para intervir nas realidades, de reconhecer que o racismo é fruto de um sistema de dominação e que uma outra sociedade é necessária. Diante disso, cabe perguntar: - o que esta experiência de educação popular compartilhada, nos sugere sobre critérios para avaliar a excelência acadêmica de nossas instituições?

Avançando em nossas considerações, cabe, a seguir, insistir que a excelência da formação acadêmico-científica tem de ser, sim, avaliada pela produção acadêmico-científica de professores e estudantes, mas também pelo clima institucional, pela qualidade das relações étnico-raciais e também das pessoais, bem como pela qualidade das relações da academia com as comunidades de pertença de seus alunos, bem como com as comunidades da vizinhança dos estabelecimentos de ensino superior.

A difundida e sempre renovada crença, no Brasil, de que vivemos numa democracia racial²³ encobre, de diferentes maneiras, processos de discriminação e de submissão que visam a garantir privilégios para alguns e marginalização para muitos, muitos outros. Constitui-se, assim, a falsa visão de que vivemos numa sociedade hegemônica. Essas relações são reforçadas nos estabelecimentos de ensino, notadamente na academia.

O mito de que constituímos uma democracia racial, tem sido sustentado pela ideologia da cordialidade²⁴ na convivência entre diferentes grupos étnico-raciais. Dessa forma, a

²³ Ver entre outros: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 12 ed. Brasília, UNB, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Ed. Crítica, São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

²⁴ Ver, por exemplo: CASSIANO, Ricardo. *O Homem Cordial*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1959.

sociedade brasileira, apaga ou dá pouca importância a diferentes formas e manifestações de racismo, salienta a Prof^a Marly Silveira²⁵.

Crítica situação essa que se renova há séculos, consequência da invasão europeia a terras e mentalidades de quem habitava Abyaiala, território que veio a ser designado como América. Zea²⁶ explica :

A região da América colonizada por Espanha e Portugal foi educada para servir melhor os interesses de suas metrópoles. Era uma educação que se fazia a partir da suposta inferioridade étnica e cultural dos colonizados. Essa inferioridade abrangia todo nascido nesta região, independentemente de sua origem étnica e cultural. Todo nascido nestas terras, incluindo indígenas, crioulos ou mestiços, era visto como inferior frente a seus conquistadores e colonizadores.

As ideias depreciativas, que difundiam, os invasores, a respeito dos povos cujos territórios, culturas colonizaram, têm sido mantidas entre descendentes seus, que concebem renovadas estratégias, a fim de manter privilégios. O que implica em cultivar desigualdades. Assim, o sistema mundo estabelecido no século XVI, hoje, ainda vigora: a Europa como centro e as ex-colônias, sua periferia²⁷. Para superar essa situação, sublinha, Asante²⁸, somente propostas radicais de transformação cultural e econômica. Oakes²⁹ e

outros posicionam-se no sentido de que o futuro da democracia depende de escolas que possam prover todos os alunos de “educação socialmente justa”, constituída de “autênticas experiências de aprendizagem”.

Como se vê a excelência de formação universitária implica enfrentamento das consequências do sistema mundo que herdamos e na busca de estratégias, para superar

²⁵ SILVEIRA Marly. *Debate sobre relações étnico-raciais na educação*. (GT 21/ANPED).

²⁶ ZEA, Leopoldo. Educação e Cultura para Integração na Liberdade. In:STRCK, Danilo. (Org.) *Fontes da Pedagogia Latino-Americana; uma antologia*. Belo Horizonte, Autêntica,2010. P.282- 290 p. cit. 282-3

²⁷ Neste sentido ver, entre outras publicações: DUSSEL, Enrique, *Ética de la Liberación, en la Edad de la Globalización y de la Exclusión*. 3. ed. Madrid, Trotta, 2000.

²⁸ ASANTE, Molefi. K. *Erasing Racism*. 2. Ed. Rev. Aum. New York, 2009. P. 177.

²⁹ OAKES, Jeannie et allie. *Teching to Change the World*. 4. ed. London, Pradigm, 2013.

desigualdades por ele geradas. Implica também esforço para construir uma sociedade a partir de nós mesmos, povo formado por originários da América Latina, por descendentes de africanos escravizados, por descendentes de europeus e também de asiáticos.

Pergunta-se, então, como seria essa educação socialmente justa para todos indistintamente?

Certamente, todos sabemos, não bastam novos métodos pedagógicos, tampouco inovações tecnológicas. Faz-se necessário desconstruir relações interpessoais excludentes, opiniões racistas, sexistas, homofóbicas, xenófobas, bem como evitar raciocínios baseados em preconceitos. É preciso estar alerta, para verificar se sob discursos de inclusão se escondem estratégias para converter aos interesses das autodenominadas elites, por meio da educação, empobrecidos, negros, indígenas, ciganos, transexuais, travestis, imigrantes recentes, entre outros marginalizados pela sociedade. Se diante da ideia de universalismo que seria capaz de unificar todas as diferenças culturais e sociais, se buscam ajustar pensamentos, comportamentos, escolhas por um padrão que desconsidera, deprecia realidades, especificidades, experiências significativas, modos peculiares de ser e viver, próprios a distintos grupos sociais, étnico-raciais³⁰.

Então, o que seria educação justa, de excelência, para todos os cidadãos e cidadãs?

Entende-se, correntemente, por cidadania, o pertencimento legal, jurídico a um estado-nação o que conferiria e garantiria direitos, a todos que ali nascem, vivem, adotam a nacionalidade. Assim, por exemplo, tem-se cidadania brasileira, uruguaia, americana, cingapurense, indiana. As imigrações cada vez mais frequentes de países do sul para outros no norte, como Estados Unidos e países da Europa, também as migrações no interior de um mesmo continente, como no caso da África, América Latina, obrigam a redimensionar o significado de cidadania. Intolerâncias contra migrantes e também contra cidadãos de um mesmo estado-nação, originários de diferentes grupos sociais, étnico-

³⁰ Ver entre outros: TAPERNOUX, Patrick. *Les Enseignants face au racisme*. Paris, Anthropos, 1997.

SILVA, Petronilha B. G. E. Pode a educação prevenir contra o racismo e a intolerância. In: SABOIA, Gilberto V. *Anais dos seminários Regionais Preparatórios para a conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata*. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 2001. p. 103-122.

raciais, de diferentes religiões ferem os princípios dos direitos humanos e constroem os sistemas de ensino a encarar a complexidade do

convívio entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, identidade sexual, identificação religiosa, origem nacional, entre outras tantas diferenças que constituem a humanidade³¹.

Mbembe³², pensador africano, destaca que se inventaram e continuam inventando coisas sobre os outros, sobre os territórios e culturas dos quais são provenientes, imagina-se como são, vivem, sobre o que pensam e se transforma o imaginado em verdades, a partir das quais se passa a explicar, classificar aqueles que não são como um padrão estabelecido por alguns. Este é um primeiro passo para cultivar preconceitos que passam a informar o modo como, com essas pessoas, nos relacionaremos:

. . . raça tornou-se um complexo perverso, um gerador de medos e tormentos, de pensamentos abalados e de terror, mas especialmente de intermináveis sofrimentos³³...

Explica, Lopez³⁴, que se criaram a idéia de raça e decorrentes preconceitos, a fim de submeter povos originários de Abyayala e africanos escravizados. Raça, pois, “não é uma essência, tampouco uma ilusão”, mas um processo contraditório que se auto-reforça, sujeito a influências sociais e políticas que afetam decisões, no dia a dia.

Quijano³⁵ chama a atenção para o fato de que “raça é idéia fundamental, produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico, bem como estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder”. Tal idéia, salienta, ele, “foi tão profunda e continuamente imposta, que para muitos, lamentavelmente muitos

³¹ CHAN, Monica; SESHASAYEE, Hari; FULCO, Gabrielle ; CARPENTER, CHANCE; SILVA, Petronilha B. G. e. *Citizenship in Multicultural Societies*. Stanford, Center of Latin American Studies, 2015. (Conclusões manuscritas do curso CSRE 126B - Curricular Public Policies for the Recognition of Afro-Brazilians and Indigenous Populations: Challenges, Problems, and Achievements – ministrado pela Profª Drª Petronilha B. G. e Silva, no Center of Latin American Studies- bolivar house – Stanford University)

³² MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 2001.

³³ Op. Cit. Nota 11, p. 10.

³⁴ LOPEZ, I.F.H. The social construction of race. In: DELGADO, R. & STEFANCIC, J. (Eds.), *Critical race theory: The cutting edge*. 2 Ed. (2nd ed., pp. 163-175). Philadelphia: Temple University Press. Lorde, A., 1995. P. 163-175.

³⁵ QUIJANO, Anibal. Os fantasmas da América Latina. In: NOVAES, Adauto. org. *Oito visões da América Latina*. São Paulo, Ed. SENAC, 2006. p. 49-88.

mesmo, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas”.

Relativamente ao Brasil, Antonio Sérgio Guimarães³⁶ explica raça, enquanto:

... sistema de hierarquização social – que consiste em gradações de prestígio formadas por classe social (ocupação e renda), origem familiar, cor e educação formal – funda-se sobre as dicotomias que, por três séculos, sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/negros são dicotomias que se reforçam mútua, simbólica e materialmente.

Tal sistema se instala a partir da invasão, iniciada no século XVI, e de reiteradas tentativas de confiscar não só territórios, mas também modos de pensar, de viver, de trabalhar. Há quem tente fazer acreditar em benefícios decorrentes do que se designou como mestiçagem³⁷ de corpos, de culturas. Benefícios, para quem? Os povos originários e também os descendentes de africanos escravizados, não fosse sua criatividade, resistência e a sustentação da Ancestralidade, não teriam sobrevivido nem física, nem culturalmente. Contrariaram, eles, e seus descendentes continuam contrariando o desejo de lhes ver apagada, da memória, os seus ancestrais, tradições, conhecimentos, criatividade, sabedoria. Formação escolar, universitária que trabalha neste sentido, de desconsiderar as perspectivas desses povos, na da construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, prescinde de **excelência**.

Apesar do muito esforço de indígenas, de negros e de outros marginalizados pela sociedade, bem como de sua capacidade de não só de enfrentar dificuldades, como de se recriar em meio a opressões, ainda não lhes foi possível livrar-se do desrespeito com que são tratados, seja individualmente, seja enquanto povos, comunidades, grupos sociais. Os que têm mantido o poder de conduzir a maior parte das sociedades latino-americanas, costumam camuflar desigualdades que cultivam, valendo-se, entre outras estratégias, da

³⁶ GUIMARÃES, Antonio Sergio. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo, Ed. 34, 1999. P. 46.

³⁷ Op. Cit. Nota 21.

divulgação de que a mestiçagem de corpos e mentes teria propiciado convivência cordial. Dessa forma, têm impingido assimilação a modos de pensar, de viver, de conviver dentro de padrões europeus, o que tem implicado o afastamento da natureza, tratando-a como fonte de recursos a serem usufruídos e não como um conjunto de seres vivos, do qual os humanos fazem parte. Tentaram apagar marcas das culturas africanas e também das indígenas³⁸, no que tiveram, em parte, êxito.

Os Povos Indígenas, no Brasil, fazem parte, é claro, dos povos originários da América Latina, isto é dos que habitavam os territórios quando chegaram os europeus. E esses entendem, como ensina Pety Piciñan³⁹, mulher intergante do povo indígena Mapuche, na Argentina, que:

Los conocimientos de los Pueblos originários deben empezar a tomarse cuenta para formar a una sociedad que reconezca que la naturaleza (...) es un todo organizado, que tiene derechos y tiene conocimiento y nosotros somos parte, no somos dueños. Entonces...tenemos una cosmovisión que podemos entregar para revisar esas prácticas actuales de explotación, de dominación de la naturaleza, que están llevandonos a la destrucción; no solo de la naturaleza, sino de nosotros mismos.

Pety se refere à política do *bem viver*, enquanto modo de vida e pensamento que tem orientado ações e políticas⁴⁰, na América Latina, visando romper com os malefícios deixados de herança pela colonização.

Impuseram, os colonizadores, aos povos originários de *Abyaila*, bem como aos africanos que escravizavam, o que vieram a designar como civilização.

Antes de continuar, cabe esclarecer que a noção de civilização se constituiu no século XVIII, na Europa, e visava distinguir as sociedades que os europeus qualificavam como

³⁸ SILVA, Petronilha B. G. e. Educação e Afrodescendência na América Latina – a experiência brasileira. *Corredor de Idéias*, São Leopoldo, UNISINOS, 2011.

..... motricidade humana

³⁹ PICIÑAN, Pety. De Educación, Cultura, y Winkas Usurpadores. In; PEDRAZA, Graciela. *MujeresBravas; al frente de movimientos sociales*. Córdoba, Comunicarte, 2015. P. 121-127.

⁴⁰ Neste sentido, ver as constituições do Equador e da Bolívia, que ao lado dos direitos humanos, registram os direitos da natureza.

selvagens, das da Europa ocidental⁴¹. Os *civilizados* cometeram genocídios, violaram culturas, deslocaram povos de seus espaços tradicionais, desestabilizaram organizações sociais e políticas, destruíram, pouco a pouco, a natureza, causaram males que até hoje repercutem na vida de todos os latino-americanos, sejam eles, povos originários, descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos. É de se sublinhar que essa situação a ser superada, indica um dos critérios para avaliar excelência acadêmica. Em outras palavras, a realização ou não de estudos, investigações que busquem recompor ações nefastas contra a natureza, contra a vida, serão indicativos ou não de excelência acadêmica.

Os grupos, que têm garantido para si o poder de governar as sociedades, latinoamericanas continuam se orientando por princípios forjados pela dominação colonial européia. Dominação que, segundo Day⁴², em estudo sobre a conquista européia nos diferentes continentes, consistiu em, antes de mais nada, tomar posse das terras, denominando acidentes geográficos, marcando fronteiras, abrindo lavouras, explorando minérios, edificando povoados. Os originários, no caso de sobreviverem à invasão, deveriam ser assimilados, expulsos, aniquilados ou obrigados a admitir sua derrota⁴³. É nesse contexto que se consolida o euro-centrismo que, conforme ensina Quijano⁴⁴ “não é exclusivamente . . . a perspectiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial”, para a construção das sociedades, “mas também do conjunto dos educados sob a sua hegeemonia”.

É nesse quadro, pois, que, na América Latina, aos negros, os afrodescendentes, aos indígenas, aos ciganos, aos brancos empobrecidos, os deficientes, os transexuais e travestis, entre tantos outros, é destinada a marginalização. *A morte* dessa maioria *exige uma ética da vida*, pondera com veemência, Dussel⁴⁵, *e seus sofrimentos nos movem a*

⁴¹ BONTE, Pierre; IZARD, Michel.(Org.) Dictionnaire de l’Ethnologie et de l’Antropologie, Paris, Quadrige; PUF, 2000. P. 151,152

⁴² DAY, David. *Conquista; uma nueva historia del mundo moderno*. Bracelona, Crítica,2006.

⁴³ Op. Cit. Nota 7, p. 23.

⁴⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura S. & MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. São Paulo, Cortez, 2010. p. 84-130. Citação p. 86

⁴⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética de La liberación em La edad de La globalización y de La exclusión*. 3.ed. Madrid, Sagosta, 2000. P. 17.

pensar, justificar, sua necessária libertação das cadeias que os aprisionam. Temos aqui, outro critério para avaliar excelência acadêmica: em que medida o ensino, a produção universitários tem por ele se pautados?

As diferenças entre pessoas e grupos, cabe insistir, ainda não são vistas como valores, têm sido estigmatizadas e utilizadas, por meio de discriminações raciais, culturais, econômicas, entre outras, como instrumentos de dominação. Neste sentido, Abdallah-Preteille⁴⁶ explica que, com frequência, a diferença é reconhecida como uma tentativa de dominar aquele considerado *diferente*. Na verdade, sublinha, a autora, discursos sobre direito à diferença, respeito às diferenças são ambíguos, tentam muitas vezes esconder renovados processos de dominação, desigualdades, desrespeito.

Diante deste quadro, ao pautar excelência acadêmica, há que estar atentos/as, em tempos em que brasileiros/as desde sempre privilegiados/as pretendem garantir privilégios, sem ter em conta, perdas econômicas, sociais, de direitos da maioria. Para tanto, dentre outras estratégias, se valem de aliados/as seus, aqueles que, embora originariamente não pertençam a grupos privilegiados, assumem projeto de sociedade daqueles e se tornam seus porta-vozes. Em troca, recebem alguns privilégios, sobretudo pecuniários, que lhes são concedidos, sem entretanto, deixar-lhes esquecer que não são *tão* iguais.

Numa sociedade racista que tenta eliminar física e simbolicamente negros, indígenas, também ciganos e que desvaloriza, agride, ataca, tenta fazer desaparecer empobrecidos, jovens negros, transexuais e travestis, deficientes, esses se vêem impedidos de exercer plenamente sua cidadania. Para consegui-lo, têm, eles, de empreender lutas insistentes por direitos civis, sociais, políticos, de identidade. Assim é, porque se recusam a orientar suas vidas com os mesmos propósitos daqueles que os marginalizam e pretendem que assimilem, como seus, interesses que talvez não sejam nocivos a pessoas individualmente, mas que, com certeza, o são, para o grupo social, do qual fazem parte. Muitos resistem em aceitar ideias, papéis, condutas que pretendem lhes impor. Afirmam e querem, eles, ver confirmadas sua história e sua cultura, tal como as herdaram e vêm construindo em

⁴⁶ ABDALLAH-PRETCEILLE, Martine. Vers une pédagogie Interculturelle. Paris, Anthropos, , p. 62-77.

dolorosas relações com seus opressores⁴⁷. Como uma formação universitária de excelência vem enfrentado esses problemas? Traumatismos dificultam as relações entre diferentes grupos sociais, étnico-raciais. Desqualificações, não reconhecimento dos jeitos de ser, pensar a vida, construir as relações entre as pessoas, com o meio ambiente, próprios a diferentes grupos sociais em suas culturas, tem incessantemente incentivado desigualdades, racismos, discriminações, notadamente no meio acadêmico. Por isso, para que se avalie excelência acadêmica, há que ter presente critérios e ações que contemplem a diversidade cultural, étnico-racial brasileira⁴⁸.

O que é justo, bom, destaca Honnet⁴⁹, numa sociedade precisa ser medido pela capacidade de serem asseguradas condições de recíproco reconhecimento, de maneira a garantir valorização das distintas identidades. Assim sendo, há que haver condições para cada pessoa se realizar, fundamentando-se tanto na convivência com suas raízes étnico-raciais, como em intercâmbios com pessoas e grupos de outras origens. Isso exige que significações construídas em relações de racistas, intolerâncias sejam

definitivamente desconstruídas⁵⁰. As condições criadas, para tanto, estão entre os critérios para avaliar a excelência acadêmica.

Em iniciativas recentes, em nosso país, pessoas e grupos buscam, intencional ou ingenuamente, manter privilégios, ainda que para tanto se conservem desigualdades, mantenham desrespeito e agressões. Exemplo disso está na proposta de políticas como Estatuto da Família⁵¹, que desrespeita diferentes organizações familiares. Não seria uma família, a formada por aquela mulher solteira que criou sete crianças órfãs? Outro sinal de dificuldades que parte da sociedade tem em lidar, respeitar os direitos de todos os brasileiros, na sua diversidade, está a proposta de “escola sem partido”⁵², que visa controlar a liberdade de docência, bem como o direito de os estudantes terem

⁴⁷ Entre muitos outros: SILVA, Petronilha B. G. e. Negros, Reparações e Educação. In: MARTINS, Juarez; LIMA, Maria José Rocha (Org.). *Educação, Etnias e Combate ao Racismo; contribuição para o debate*. São Paulo, Partido Trabalhadores, 2001.p. 96-100.

⁴⁸ Neste sentido, ver Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar

⁴⁹ HONNET, Axel. *La Revue du Mauss*, nº 23, 1er semestre 2004

⁵⁰ SILVA, Petronilha B. G. e. Por que se fez necessário estabelecer uma Década dos Afrodescendentes? (Artigo submetido à *Página da Educação*, Porto, Portugal, em abril 2017.

⁵¹ Projeto de Lei Nº 6.583, DE 2013

⁵²

conhecimento de distintas interpretações das ciências, bem como oportunidades de construir suas escolhas políticas, para construção da sociedade. Iniciativas como essas contrariam o direito de excelência de aprendizagens e formação, inclusive na academia.

Para alguns, tem sido impossível compreender que vivemos num país multiétnico, pluricultural onde se confrontam ideais, metas, propostas. Nunes⁵³, discorrendo a respeito do sistema político brasileiro, ajuda a entender:

As separações que entrecruzam a formação social brasileira são verticais e horizontais. A integração é conseguida através de uma combinação sincrética de traços aparentemente contraditórios, pertencentes às gramáticas do clientelismo, do insulamento burocrático, do corporativismo e do universalismo de procedimentos. Estes elementos permeiam a sociedade de alto a baixo, e estão simultaneamente presentes nas instituições formais.

A integração a que se refere Nunes tem sido interpretada, ainda com frequência, como assimilação a idéias e interesses daqueles que têm mantido o direito de governar, de decidir os destinos da sociedade, do país. Entretanto, na perspectiva dos movimentos sociais negros e indígenas, entre muitos outros, a intenção é de reconhecimento e respeito, a todos e a cada um na suas diferenças, bem como de convivência e intercâmbios.. Logo, as instituições que formam cidadãos e profissionais para essa perspectiva não oferecem excelência.

Antes de concluir é importante lembrar, reconhecer que a América Latina, notadamente o Brasil, se funda com base no escravismo que, segundo Chico de Oliveira⁵⁴, é o desconhecimento do outro, “o outro não existe”, o escravo não é um outro, é uma peça que tem de ser alimentada. O Estado brasileiro, sublinha

Oliveira, se forma como extensão da casa grande, residência de donos de mulheres e homens africanos escravizados. Donos, porque os haviam comprado como se fossem mercadoria. Nessa organização social, sublinha, o autor, o âmbito do privado era

⁵³ NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil; clientelismo e insulamento burocrático*. 3. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003. P.120.

⁵⁴ OLIVEIRA, Chico de. *Conferência da abertura do VCONED – Congresso Nacional de Educação*. Recife, maio 2004.

predominante. Na verdade, o público surge quando se forma a classe trabalhadora. O público é oposto ao privado que é seu antagonista. Assim, desnudam-se as relações de discriminação, inferiorização e até mesmo negação da humanidade de negros, de indígenas, de ciganos, de pessoas em situação de pobreza.

As tensões entre distintos grupos sociais, notadamente entre descendentes de europeus e descendentes de africanos e indígenas, têm gerado desigualdades. A cor da pele, textura dos cabelos, traços fisionômicos, bem como traços culturais servem de base tanto para garantir privilégios para os euro-descendentes, como para justificar desigualdades em relação a negros, indígenas e outros. De acordo com Appiah⁵⁵, no que diz respeito as desigualdades raciais, quanto mais mudam, mais permanecem as mesmas. Branquitude normativa garante supremacia racial aos eurodescendentes, gera práticas de preconceitos, discriminações, faz emergir conflitos, estabelece normas de meritocracia⁵⁶. Assim, durante cinco séculos, se estabelecem os rumos das sociedades latino-americanas, não sem resistências da parte de quem não tem cor de pele branca, poder econômico, posições de mando⁵⁷.

Dei⁵⁸ destaca que, por razões éticas e políticas, não se pode tratar qualquer diferença que seja, por meio de discursos rígidos, que se pretendam permanentes, que não tenham a diversidade ampla presente - raça, classe, gênero, sexualidade, espiritualidade.

Ao longo do século XX, diferentes países na América Latina reconheceram a diversidade étnico-racial e formularam políticas ações afirmativas tanto curriculares, como de ações afirmativas.

Sabe-se que o racismo se “infiltra na linguagem, na cultura, hiberna e aguarda para despertar em instituições, como escolas, igrejas, e em estruturas, como organizações sociais, sistema legal”⁵⁹. Osler⁶⁰, discutindo questões relacionadas a direitos humanos e

⁵⁵ Sobre isto ver, por exemplo:

APPIAH, Kwame Anthony. When it comes to racial inequality, even as much has changed, much remains the same. *Foreign Affairs*, v. 94, n. 2, p. March/April, 2015

⁵⁶ BENTO Maria Aparecida S. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. Forum de Debates – Educação e Saúde. P. 5-39. www.cehmob.org.br/wp-content/uploads/2014/08 - Caderno - Racismo.

⁵⁷ YASHAR, Deborah J. Does race matter in Latin America? *Foreign Affairs*, v. 94, p. 33-40 March/April, 2015.

⁵⁸ DEI, George J. Sefa. (Editor). Fanon and Anti-Colonial theorizing. In: _____. *Fanon and the conterinsurgency of education*. Rotterdam/Boston/Taipei, Sense, 2010. P.23.

⁵⁹ DYSON, Michael E. *The Black Presidency; Barack Obama and Politics of Race in America*. Boston, New York, Mariner books, houghton, mifflin, Harcourt, 2016. P. 49.

⁶⁰ OSLER, Audry. *Human Rights and Schooling; an ethical framework for teaching for social justice*. New York, London, Teachers college Press, 2016.

escolarização, na Europa, sublinha que silencia-se diante de racismos, de processos de racialização, da construção social de raça, de discursos e comportamentos violentos e dessa forma o racismo se mantém.

Como bem sublinha Roger Toumson⁶¹, professor da Universidade das Antilhas e da Guiana: diante da impossibilidade de “uma identidade com raiz única” que mata, gera conflitos,, prefere-se pensar numa raiz que está em relações com diferentes origens. O que geraria não uma mistura, mestiçagem (creolização), mas reações, diálogos e recomposições – interpenetração de culturas.

Uma formação acadêmica que preza por excelência trata de orientar, produzir, fomentar novas interações entre sujeitos histórica, social e culturalmente situados numa mesma sociedade, em condições de vida, de cidadania distintos respeitados, sobretudo não hieranquizados, valorativos para uns e depreciativos para outros. Interações, nas quais visões de mundo e perspectivas de vida distintas se interfecundem, recriem, mais do que isso cheguem a promover ajuste, combinação de objetivos, de interesse para todos que compõem a nação – pessoas, natureza, o ambiente social⁶².

Porto Alegre, Inverno de 2017

⁶¹ TOUMSON, Roger. *Mythologie du métissage*. Paris, Presse Universitaire de France 78.

⁶² SILVA, Petronilha B. G. e. *Educação das Relações étnico-raciais na América Latina*. Valdivia (Chile), Motricidade Humana VI, 2015.

_____. Routes d’Ommes et des Femmes Soumis à l’Esclavage et de Leurs Descendants au Brésil: lieux de mémoire et éducation des relations ethniques et raciales. In: DUSSAUGE, Matthieu. *La Route de l’Esclave; des itinéraires pour réconcilier histoire et mémoire*. Paris, L’Harmattan, 2016. P. 309-316.

_____. Reconhecimento da história, Cultura e Direitos dos Negros Brasileiros. In: COELHO, Wilma N. B.; Oliveira, julvan Moreira de. *Estudos sobre Relações étnico-Raciais e Educação no Brasil*. São Paulo, Ed. Livraria da Física, 2016. P. 17-49.